

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	6
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	8
--	---

3.7 - Nível de endividamento	9
------------------------------	---

3.8 - Obrigações	10
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	11
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	12
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	21
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	22
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	33
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	35
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	36
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	37
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	38
---	----

5.4 - Alterações significativas	41
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	42
---	----

6.3 - Breve histórico	43
-----------------------	----

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	45
--	----

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	46
--------------------------------------	----

7. Atividades do emissor

Índice

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	47
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	48
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	49
8.2 - Alterações na condução de negócios	50
8.3 - Contratos relevantes	51
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	52
9. Ativos relevantes	
9.1.a - Ativos imobilizados	53
9.1.b - Ativos Intangíveis	54
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	56
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	57
10.2 - Resultado operacional e financeiro	70
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	81
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	82
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	86
10.8 - Plano de Negócios	87
10.9 - Outros fatores com influência relevante	88
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	89
11.2 - Acompanhamento das projeções	92
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	94
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	111
12.7/8 - Composição dos comitês	131
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	139
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total por órgão	140

Índice

13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	142
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	143
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	144
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	145
15.3 - Distribuição de capital	151
15.7 - Principais operações societárias	152
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Transações com partes relacionadas	153
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	182
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	183
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	187
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	190
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	194
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	197
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	

Índice

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	201
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	202
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	203
21.3 - Responsáveis pela política	204
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	205

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes

CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009; (ii) auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (iii) diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) parcela 1/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (v) parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (ix) revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (x) tradução de relatórios; (xi) treinamento DIPJ; (xii) relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011).		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os auditores independentes receberam a remuneração total de R\$674.004,10, segregada entre: (i) R\$ 157.908,88 relativos à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (ii) R\$54.285,81 relativos à revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (iii) R\$15.833,53 relativos ao diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) R\$79.330,00 relativos à parcela 1/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (v) R\$79.330,00 relativos à parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) R\$143.653,41 relativos a procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) R\$70.946,38 relativos à elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) R\$21.872,29 relativos à revisão das declarações de rendimento anuais e trimestrais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (ix) R\$19.155,12 relativos à revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (x) R\$2.898,76 relativos à tradução de relatórios; (xi) R\$380,00 relativos a treinamento DIPJ; (xii) R\$16.000,00 relativos ao relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) R\$12.409,92 relativos a análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011). Os auditores não receberam remuneração além da descrita acima, uma vez que não prestaram qualquer outro tipo de serviço, além dos descritos no item 2.1 (d) acima (Descrição do Serviço Contratado).		
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviços de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a Deloitte Touche Tohmatsu pela KPMG Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (031) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2010)

Exercício social (31/12/2009)

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Cia e a legislação aplicável;
- o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Em 2011, R\$683.972 mil foram destinados ao pagamento de dividendos, sendo:

- a) R\$142.613 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, como a seguir: R\$106.177 mil, conforme CRCA-058/2011, de 28-09-2011; e, R\$36.436 mil, conforme CRCA-081/2011, de 16-12-2011;
- b) R\$297.794 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2011, conforme CRCA-093/2011, de 28-12-2011;
- c) R\$243.565 mil na forma de dividendos complementares de 2011, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	8.078.067.000,00	Índice de Endividamento	3,04091000	
	0,00	Outros índices	0,52900000	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (Cinquenta por cento).
	0,00	Outros índices	1,84960000	Índice => Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2011)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		5.241.746,40	725.246.515,29	191.378.075,08	746.686.636,77	1.668.552.973,54
	Quirografárias		2.077.874.742,28	2.452.462.195,77	467.097.909,11	1.412.079.179,30	6.409.514.026,46
Total			2.083.116.488,68	3.177.708.711,06	658.475.984,19	2.158.765.816,07	8.078.067.000,00

Observação

As dívidas com garantia real são aquelas por meio das quais o devedor destaca um bem específico que garantirá o ressarcimento ao credor na hipótese de inadimplemento, e as dívidas com garantia quirografária, são aquelas que estão baseadas na fidelidade do garantidor em cumprir as obrigações, caso o devedor não o faça. Garantia fluante é constituída por todo o ativo da companhia emitente, ativo este que pode ser alterado no curso dos negócios da companhia até o prazo de vencimento da dívida.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.022	27.638	2.095	-	-	-	-	21.058	81.813
Euro	1.605	1.606	1.606	1.606	1.606	-	-	-	8.029
	32.627	29.244	3.701	1.606	1.606	-	-	21.058	89.842
Indexadores									
IPCA (1)	1.678	-	-	166.990	166.990	166.990	-	-	502.648
IGP-M (2)	21.087	-	351.610	-	-	-	-	-	372.697
UFIR/RGR (3)	73.506	65.906	65.907	58.944	47.001	37.182	33.666	46.126	428.238
CDI (4)	497.336	502.107	405.193	-	-	-	-	-	1.404.636
Taxas pré-fixadas	(4.576)	711.372	-	-	-	-	-	-	706.796
TR (5)	1.487	-	381	95	-	-	-	-	1.963
Outros	2.855	686	77	142	214	214	214	-	4.402
	593.373	1.280.071	823.168	226.171	214.205	204.386	33.880	46.126	3.421.380
	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	33.880	67.184	3.511.222

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(5) Taxa Referencial

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia, controlada indireta do Estado de Minas Gerais, está sujeita a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos captados, o que poderá impedi-la de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia Estatal, a Companhia está sujeita a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se a Companhia não atender a essas condições e parâmetros, ela poderá enfrentar dificuldades para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação do seu plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de operações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarçar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, a capacidade de endividamento da Companhia fica novamente limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do seu plano de investimento.

A Companhia pode incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim. Na hipótese de as provisões legais da Companhia se revelarem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso no negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a certas restrições sobre a sua capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em seus contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em seus contratos de empréstimo, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. No passado, particularmente, em 2009, 2010 e 2011, a Companhia esteve, algumas vezes, em não conformidade em relação às obrigações previstas nos contratos de empréstimo e, apesar de ter sido capaz de obter autorizações dos credores em relação a essa não conformidade, nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia será bem-sucedida em obter alguma autorização no futuro. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá prejudicar a sua situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (cross default) contidas em diversos de seus contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre o endividamento da Companhia poderá impedi-la de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento das obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia opera sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil A Companhia, exceto para o ramo Aeronáutico, não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicita propostas relativas a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

este tipo de seguro. Ademais, a Companhia não solicita proposta para, tampouco contrata, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar as instalações da Companhia, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

A Companhia mantém apenas Seguro de Incêndio, Aeronáutico e Riscos Operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como Seguro de Transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades e resultados operacionais.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), ou ao ONS propriamente dito, deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, o negócio, resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. A Companhia celebra acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de seus empregados. A Companhia figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Em 2008 e 2009, a Companhia não enfrentou nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do acordo coletivo de 2010, a Companhia passou por 20 dias de greve dos empregados. A Companhia possui um Comitê de Emergência Operacional para momentos de crise. Este comitê foi acionado e possibilitou que o movimento grevista não prejudicasse o fornecimento de energia para a sociedade. Durante as negociações de 2011 para a renovação do ACT, ocorreram 5 dias intermitentes de paralisação de nossos empregados. O Comitê de Emergência Operacional, também foi acionado e não foram registradas ocorrências negativas. A Companhia não possui seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções de atividades causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, a Companhia poderá enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a empregados da Companhia ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de concluir o programa de investimentos pretendido.

Conforme o estatuto, a Companhia pode utilizar até 40,0% do LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização) em cada exercício social, em investimentos de capital e aquisições. A capacidade da Companhia para implementar o programa de dispêndios para aquisição de ativo imobilizado depende de diversos fatores, incluindo a capacidade de cobrar tarifas adequadas por serviços, acesso ao mercado de capitais doméstico e internacional e uma gama de fatores operacionais e de outra natureza. Ademais, os planos de expansão da Companhia em distribuição estão sujeitos a processo licitatório regido pela Lei de Concessões. A Companhia não pode garantir que terá recursos financeiros para concluir esse programa o que poderia afetar os negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Atrasos na expansão das instalações da Companhia poderão aumentar significativamente os seus custos.

Atualmente, a Companhia se dedica à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, linhas de transmissão e subestações, bem como à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. A capacidade da Companhia de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. São exemplos de riscos a que a Companhia está sujeita:

- problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevistas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados);
- desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;
- as instalações novas ou modificadas poderão não operar à capacidade designada ou fora do prazo estabelecido;
- a capacidade de obter recursos suficientes para financiar os projetos de expansão; e
- questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia é controlada pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da Companhia. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das ações ordinárias da CEMIG, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos nas deliberações tomadas nas assembleias gerais, podendo: (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG; e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quórum qualificado dos acionistas da Companhia, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos. No passado, o governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se a Companhia deverá se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos negócios e/ou resultados operacionais da Companhia, o que poderá causar um efeito adverso relevante.

c. a seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia uma vez que ela é subsidiária integral da CEMIG.

d. a suas controladas e coligadas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode ser penalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em função do descumprimento dos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

A Companhia realiza a atividade de distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do Grupo CEMIG, conforme o caso. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia caso deixe de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar quaisquer das concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL, que, de acordo com a Resolução da ANEEL Nº 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações. A ANEEL poderá impor multas e até mesmo revogar as concessões ou autorizações da Companhia na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que a Companhia venha a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar a Companhia pelo valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por culpa da Companhia, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão dos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A ANEEL possui discricionariedade para estabelecer as tarifas que a Cemig Distribuição cobra dos consumidores. Tais tarifas são determinadas nos termos dos contratos de concessão celebrados com a ANEEL em nome do Governo Federal e em conformidade com a competência decisória e regulatória da ANEEL.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. A Companhia tem o direito de requerer a cada ano o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição. Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifa anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia. A Companhia, também, tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas.

e. a seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f. a seus clientes

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O nível de inadimplemento dos nossos consumidores poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de, 2011 a totalidade dos recebíveis vencidos da nossa companhia devidos por consumidores finais era de aproximadamente R\$1.003 milhões, correspondentes a 11,79% da nossa receita líquida em 2011 e nossa provisão para devedores duvidosos era de R\$312 milhões. Aproximadamente 13,57% dos recebíveis eram devidos por companhias do setor público. Podemos ser incapazes de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, sofreremos um impacto adverso sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, o montante de dívidas que vier a superar a provisão para devedores duvidosos por nós constituída poderá causar um efeito adverso em nosso negócio, resultado das operações e condição financeira.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848 de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal ("STF") que até a data deste Formulário de Referência ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão estando, portanto, em pleno vigor. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional pelo STF, o arcabouço regulatório introduzido pela lei poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e em que caso o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Dessa forma, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas atividades, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia não tem certeza de que as suas concessões serão renovadas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, a Companhia não pode garantir que novas concessões serão obtidas ou que as concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aquelas atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer das concessões poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Imposições e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à Companhia.

As operações relacionadas à distribuição de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou recusas dos pedidos de licenças por parte dos órgãos ambientais, bem como a eventual impossibilidade da Companhia cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos durante os processos de licenciamento ambiental, podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir, conforme o caso, a construção e manutenção destes projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, independentemente da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como restrição de direitos e mesmo de liberdade podem ser aplicadas a pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Em relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais bem como proibir a companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. De acordo com a legislação federal, até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias em um montante que será definido caso a caso pelas autoridades ambientais de acordo com a extensão do impacto ambiental do projeto. Algumas disposições da legislação estadual estabelecem que as medidas de compensação devam ser adotadas com efeitos retroativos a projetos concluídos antes da promulgação da legislação pertinente. A natureza retroativa dessas disposições está sendo contestada por algumas companhias e a matéria está sendo também discutida entre a SEMAD, a Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Federação das Indústrias de Minas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Gerais - FIEMG e não está claro se serão aplicadas. Ainda não avaliamos os efeitos de tal legislação na CEMIG, mas ela poderá resultar em custos adicionais para a Companhia, os quais podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira. Ademais, as leis do Estado de Minas Gerais, onde a maior parte dos empreendimentos da CEMIG está localizada, exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural utilizada pelo empreendimento. Devido ao parecer da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico – SEDE de que não caberia a aplicação da reserva legal em empreendimentos hidrelétricos e, concomitantemente com a discussão para aprovação do Novo Código Florestal pelo Senado Federal, este assunto ainda não está definido. Também não está definido sobre a aplicação da reserva legal aos empreendimentos já em operação e aos futuros empreendimentos. Ainda não avaliamos os efeitos de tal legislação na CEMIG, mas ela poderá resultar em custos adicionais para a Companhia. Por fim, a adoção ou implementação de novas leis de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro poderão exigir que a Companhia realize dispêndios de capital adicionais ou que incorra em despesas operacionais adicionais a fim de manter suas operações atuais, restringir suas atividades de produção ou que a Companhia adote outras ações que poderão ter efeito adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, as companhias de geração de energia da Companhia não estão autorizadas a vender energia diretamente para as distribuidoras da Companhia. Dessa forma, as companhias de geração de energia da Companhia vendem a energia em um mercado regulamentado, por meio de leilões públicos realizados pela ANEEL (“Mercado Regulamentado”, “Ambiente de Contratação Regulado - ACR” ou “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores celebrarem contratos com as companhias de geração de energia da Companhia no âmbito do ACR e a reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo as companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia assim descontratada a preços adequados.

Além disso, a Companhia realiza atividades de comercialização por meio de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio das companhias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL podem ser firmados com outros agentes de geração, comercialização e principalmente com os “Consumidores Livres”, que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Contratos antigos com esse tipo de consumidor possibilitam a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) das companhias controladas pela Companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre o negócio da Companhia, seus resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado pode levar à volta desse tipo de condição contratual.

Além dos Consumidores Livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada “Clientes Especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao mercado livre desde que comprem energia de fontes incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. A Companhia já realizava operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas particularidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior estão

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

vinculadas ao comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas, que excedam os limites históricos, podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial aos resultados da Companhia.

A falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente os resultados esperados da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia não consiga vender todos os seus recursos - capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a preços de liquidação que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, as receitas e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há fatores de risco com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Neste momento não há expectativa de redução ou aumento dos riscos apresentados no item 4.1 que a Companhia julgue relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Cemig Distribuição S.A. (Cemig D ou Companhia) figura como parte em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos, que montavam em 31/12/2011, aproximadamente, R\$2,6 bilhões, dos quais R\$130 milhões estavam avaliados com “perda provável”, R\$1,9 bilhão com “perda possível” e R\$570 milhões com “perda remota”.

Encontram-se relacionados neste relatório todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GP Juri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, com a posição atualizada até 31/12/2011, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável” e “possível” e “remota”.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em Provável, Possível ou Remota, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26/10/2001, alterado pela Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, da ANEEL, que aplica à contabilidade regulatória todas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, já aprovadas pela ANEEL, em especial o parágrafo 16 do CPC 25, sendo os montantes provisionados nos processos com avaliação de perda provável e nos de perda possível, , conforme a seguir:

quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e

quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Cemig D figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

Processo Judicial de natureza Cível	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 1ª Vara Federal de Uberlândia - MG Processo nº 20043803009397-0
b. instância	2ª instância - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25/11/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: ANEEL e Cemig Distribuição S.A.
e. valor envolvido	R\$122.645.489,60
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a Cemig Distribuição e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda (por força da resolução 694/2003), requerendo a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>condenação da Cemig Distribuição no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente (para que a Cemig Distribuição enquadre todos os consumidores residenciais, com consumo mensal de até 220 kWh, na tarifa de baixa renda; devolva os valores que excederam ou venham a exceder os critérios estabelecidos pela tarifa baixa renda e condena a ANEEL a proceder a fiscalização, fixando, ainda, multa diária de R\$1.000,00 no caso de descumprimento da decisão). Contudo, a Cemig Distribuição e a ANEEL interpuseram recurso de Apelação (recursos recebidos, pelo juiz a quo somente no efeito suspensivo). Cemig Distribuição e ANEEL agravaram da decisão, visando obter efeito suspensivo em suas Apelações, o que foi deferido pelo TRF. Assim sendo, os efeitos da sentença estão suspensos até julgamento das peças recursais da Cemig Distribuição e ANEEL. O valor da contingência é composto pela perda de arrecadação, por parte da Cemig Distribuição, durante 1 ano e a devolução por estimativa de valores cobrados (desde 2003 quando entrou em vigência a Resolução 694/2003), isso caso a sentença não seja alterada pelo TRF. Aguarda-se julgamento pelo TRF/1ª Região dos recursos de apelação aviados pela ANEEL e Cemig Distribuição, desde a data de 05/03/2008. Quanto a contingência de perda, mantem-se como perda possível menos, haja vista a existência de outras decisões favoráveis aos recursos aviados pela Cemig Distribuição e ANEEL.</p>
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não do que sim que exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Regulatória

a. juízo	Justiça Comum Federal -3ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG Processo nº 00640307620104013800
b. instância	1ª instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	27/08/2010
d. partes no processo	Autor: Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica e Cemig Distribuição S.A.
e. valor envolvido	R\$ 1.061.083.700,74
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública interposta pela Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente - AMPROCOM, na qual se discute os valores das tarifas cobradas pela Companhia, que poderão estar 2% superiores às praticadas, requerendo, ainda, a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados nas faturas de energia elétrica, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), absorvendo indevidamente os ganhos de escala decorrentes do aumento de demanda, provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atualmente, há um Projeto de Decreto Legislativo sob revisão da Câmara dos Deputados, qual seja, o Projeto de Decreto Legislativo 10/2011, que tem por finalidade sustar os efeitos normativos do ato da Diretoria da ANEEL, que negou o direito dos consumidores de serem ressarcidos, em decorrência da metodologia de cálculo utilizada que elevou as tarifas de energia elétrica, e obrigar as concessionárias do serviços público de distribuição de energia elétrica a restituir o que receberam indevidamente dos consumidores, no período de 2002 a 2009. Como a discussão do assunto impactará todas as concessionárias de distribuição do país, provavelmente resultará, ao final dos processos judiciais, em um novo Acordo do Setor Elétrico. Em caso de perda da Ação, a CEMIG não terá que desembolsar o valor envolvido na matéria, visto que provavelmente será feito acordo no sentido de se promover descontos na tarifa de energia elétrica, ressarcindo aos consumidores os valores supostamente devidos. Este processo, que tramitava na 8ª Vara Federal, teve a competência declinada para a 3ª vara Federal de Belo Horizonte e foi apensado ao Processo da ADIC (2009.38.00.027553-0), o qual consta da movimentação processual como sendo o processo principal, sendo também apensado o Processo nº 200938000275722 - ABC x ANEEL – CEMIG e ENERGISA.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800022523-7
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$ 106.336.055,86
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Cemig D e a Cemig Geração e Transmissão S.A. pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerada pela Concessionária que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a Companhia e as Subsidiárias notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as Companhia acima impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório. Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. As aludidas companhias interpuseram Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Tributária

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800021839-6
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Réu: Superintendente Regional do INSS/MG e outros
e. valor envolvido	R\$85.434.372,46
f. principais fatos	Em 2006, a CEMIG, a Cemig D e a Cemig Geração e Transmissão realizaram pagamentos adiantados a alguns de seus empregados em troca dos direitos de tais empregados a futuros pagamentos, denominados como “Anuênio”. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que nossa opinião é que tal tributo não se aplica. Como resultado, recebemos notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, as referidas companhias com Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, nossa análise leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ. Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE)

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias acima impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25/01/2008 foi protocolada Apelação pelas aludidas companhias requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação no efeito devolutivo. Os autos foram remetidos ao TRF-1 e atualmente encontram-se conclusos ao Desembargador Federal Luciano Tolentino, aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Tributária

a. juízo	Justiça Comum Federal - 27ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 362037619994013800
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/10/1999
d. partes no processo	Autor: União Federal Réus: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. valor envolvido	R\$ 235.429.640,65
f. principais fatos	A CEMIG, a Cemig D e a Cemig Geração e Transmissão S.A. foram executadas pela União Federal em virtude da cobrança de juros e multa incidentes sobre créditos tributários de COFINS, liquidados com o benefício de que trata o art. 17 da Lei n.º 9.779/1999 devido ao entendimento da PGFN de que tal benefício não seria aplicável a débitos já inscritos em dívida ativa. As rés interpuseram embargos à execução garantindo o juízo através de depósito efetuado no valor correspondente ao débito. O juiz do feito determinou a suspensão da execução fiscal até que os embargos à execução fossem julgados definitivamente. Em 23/02/2007 os embargos foram julgados procedentes, declarando nulo o título executivo julgando-o extinto nos termos do art. 269, I do CPC e condenando a Fazenda Nacional ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$5.000,00. Foi interposto recurso pela Companhia visando majorar a condenação dos honorários. De igual forma foi interposto recurso à decisão dos embargos pela União federal, visando a reforma da decisão. Em 25/08/2008 foi negado provimento ao recurso interposto pela União Federal e dado provimento ao recurso da Companhia. Foi interposto recurso especial pela União Federal, e em 08/02/2010 o processo foi atribuído ao Min. Castro Meira (relator), da segunda turma. Desde então o processo encontrar conclusão com o ministro relator, estando pendente de julgamento.
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.
Processo Judicial de natureza de Direito Administrativo	
a. juízo	Justiça Comum Estadual - 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estadual de Belo Horizonte- MG

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Processo nº 00806825220088130024
b. instância	1ª instância - Justiça Comum Estadual
c. data de instauração	07/05/2008
d. partes no processo	Autor: Marco Aurélio Flores Carone Réu: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e outros
e. valor envolvido	R\$ 3.155.024.952,52
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Popular, com pedido de liminar, ajuizada por Marco Aurélio Carone ao argumento de que houve irregularidade na aquisição das ações da Light pela Rio Minas Energia Participações S.A. - RME, uma vez que, embora a RME tivesse adquirido e pago 79,57% das ações da Light, só recebeu 75,40%; que não houve autorização legislativa para a aquisição e que a Light assumiu dívida da Light SESA, através de financiamento concedido pela Companhia, consistente no fornecimento de energia elétrica a ser paga em 2013. Em sede de liminar pede o bloqueio dos bens de todas as empresas e pessoas físicas integrantes do pólo passivo da ação, bem como que a Companhia se abstenha de fornecer energia elétrica à Light e a outras empresas do mesmo grupo. No mérito pede a procedência da ação para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - declarar nulo o acordo de acionistas firmado pela partes, relativamente à Administração da RME; - declarar nulo o contrato de compra e venda celebrado por ocasião da aquisição das ações da Light, e, conseqüentemente, a participação acionária da Andrade Gutierrez, Banco Pactual e JLA Participações S.A. - JLA, na RME; - declarar, alternativamente, a nulidade da constituição da RME, atribuindo-se à Companhia a totalidade do ativo da empresa; - determinar a devolução dos valores pagos pela RME, relativos à participação acionária equivalente a 4,2%; - declarar a nulidade dos contratos entre partes relacionadas do grupo Companhia com as empresas do grupo Light, onde se difere o pagamento do fornecimento de energia elétrica, ou qualquer outro bem, supostamente fora das práticas usuais de mercado; - declarar a nulidade da distribuição de lucros, bem como a restituição, pela Light, a Companhia, de todos os valores recebidos indevidamente. <p>A liminar pleiteada foi integralmente indeferida. Contra a decisão</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	interlocutória foi interposto agravo de instrumento, junto ao TJMG. Os réus, num total de 91, já apresentaram contrarrazões ao referido agravo de instrumento. Em 23/10/2009, o TJ/MG negou provimento ao recurso. Pelo fato de alguns réus ainda não terem sido citados, o prazo para apresentação das contestações não começou a fluir.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processo Judicial de natureza Tributária

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	J. Comum / 2ª Vara Cível - Boa Esperança – MG Processo nº 00310458320118130071
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/06/2011
d. partes no processo	Autor: IMIDEC - Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor Réu: Cemig Distribuição S.A.
e. valor envolvido	R\$ 63.113.460,75
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Coletiva com Pedido de Tutela Antecipada proposta pelo Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor – IMIDEC. O Autor requereu a declaração de inexistência da relação jurídica em cobrar o ICMS sobre o total da Nota/Fatura e que o cálculo do ICMS, seja incidente sobre o valor do serviço elétrico efetivamente prestado e não sobre o total da conta, com inclusão errônea por dentro do imposto com efeito <i>ex tunc</i> , condenando ainda a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

empresa requerida a repetir o indébito no valor igual ao dobro do que foi indevidamente cobrado e pago a título de ICMS acrescido de correção monetária e juros legais, nos moldes do parágrafo único do artigo 42 do CDC; dos últimos dez anos aos consumidores do Estado Mineiro, ou através da compensação em quilowats/hora (Kw/h), com valores a vencer corretamente calculados.” A ré requereu que seja confirmado o indeferimento da tutela antecipada, julgando-se improcedentes os pedidos do Autor em face da Cemig Distribuição S/A, nos termos do art. 543-B, § 3º do CPC, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 212.209-RS, julgado em 23/06/1999, declarou definitivamente a CONSTITUCIONALIDADE–LEGALIDADE DA COBRANÇA DO ICMS COM “CÁLCULO POR DENTRO”, uma vez que o montante do tributo integra sua própria base de cálculo, nos termos do regramento: Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966, especificamente em seu art. 53, § 4º, art. 2º do Decreto-lei nº 406, de 31/12/1968, art. 13 da Lei Complementar nº 87/96, art. 13, § 15º da art. 49 da Lei nº 6.763/1975 e art. 155, inciso II da CF/1988, não se verificando ainda os elementos capazes de justificar a presença da distribuidora de energia elétrica no pólo passivo, não podendo ser condenada ainda a suportar os ônus de eventual sucumbência, pelo fato de ter cumprido fielmente sua obrigação tributária determinada pelo Ente Tributante. Foi apresentada contestação e o processo está pendente de sentença. A contingência revela-se remota, tendo em vista que a tese de inexigibilidade do ICMS sobre o total da nota/fatura para os contribuintes foi objeto de decisão paradigmática (RE 212.209-RS) com julgamento que admite a legalidade da cobrança. A contingência remota justifica-se também pela decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 358970 / SP - SÃO PAULO, de Relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, julgamento em 16/04/2009, publicado em 07/05/2009, que “entendeu ser constitucional

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	a metodologia de apuração da base de cálculo do ICMS com a inclusão no valor da operação ou da prestação de serviço somado ao próprio tributo.”
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, nos quais administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não é parte em processos classificados como sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Administrativos, de natureza tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou 44 processos administrativos contra a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A., relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. As companhias referidas acima apresentaram defesas e aguardam julgamento. Em 31 de dezembro de 2011, o montante reivindicado nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como possível era de, aproximadamente, R\$782 milhões.

Processos Judiciais, de natureza tributária – Recolhimento das contribuições PIS e COFINS

A Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, a Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. são partes em algumas ações relacionadas às contribuições PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2011, o valor envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como possível (ou seja, mais provável que não do que sim que exista uma obrigação na data das demonstrações financeiras) era de, aproximadamente, R\$1,1 bilhão, dos quais (i) R\$991 milhões estão relacionados a processos onde as companhias acima referidas são credoras; (ii) R\$55 milhões estão relacionados a uma autuação da Receita Federal por recolhimento a menor de PIS e COFINS, sob alegação de exclusões indevidas da base de cálculo das contribuições, de despesas financeiras decorrentes de variações monetárias negativas. Foi ajuizada Ação Cautelar contra a União Federal, tendo obtido liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento da COFINS relativo ao período de 30/11/2001 a 31/01/2004, até o julgamento definitivo da Ação Ordinária também ajuizada para declarar a inexistência de relação jurídica que a obrigue a recolher PIS e COFINS sobre valores não correspondentes ao seu faturamento; e (iii) R\$45 milhões estão relacionados a processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão do repasse das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS, por considerar ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica, arguindo fazer jus à devolução de todos os valores acrescidos de correção monetária e juros legais. Em alguns desses processos é requerida a devolução de 200% do valor cobrado.

Processos Administrativos, de natureza tributária –Compensação de Créditos

A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. figuram no pólo passivo de 113 processos administrativos cujas respectivas decisões definitivas indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As companhias mencionadas estão contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 31 de dezembro de 2011, o valor envolvido nesses processos era de, aproximadamente, R\$424 milhões. As companhias irão ajuizar uma ação buscando a anulação destes créditos tributários, sendo que a chance de perda no judiciário foi avaliada como possível (ou seja, mais provável que não do que sim que exista uma obrigação na data das demonstrações financeiras).

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram contempladas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Inexistem restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Inexistem restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro

Inexistem hipóteses de cancelamento de registro

d. outras questões do interesse dos investidores

Todas as questões do interesse dos investidores já foram reportadas nos itens pertinentes inexistindo outras que deveriam ser reportadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2009, 2010 e 2011 foram 4,3%, 5,9% e 6,0%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2011, o real se valorizou 1,7% frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o real se desvalorizar frente ao dólar, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$122,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$89,8 milhões.

Risco de Taxa de juros

Risco de taxa de juros, decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui quase a totalidade de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

equivalentes de caixa, e 40% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$1.088 milhões e em 31 de dezembro de 2011, o valor era de R\$1.407 milhões.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda da diversificação dos clientes não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

Valores em R\$ mil	2009	2010 (reclassificado)	2011
CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	442.421,00	246.201,00	503.409,00
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.110.126,00	1.025.186,00	1.269.473,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(608.259,00)	(804.420,00)	(1.180.287,00)
Em Investimentos	(172,00)		
No Intangível	(86.914,00)	(447.620,00)	(442.342,00)
No Ativo Financeiro	(521.173,00)	(356.800,00)	(732.977,00)
Títulos e Valores Mobiliários			(4.968,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(698.087,00)	36.442,00	(65.299,00)
Financiamentos Obtidos	118.622,00	665.591,00	625.725,00
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(167.674,00)	(318.977,00)	(308.990,00)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(649.035,00)	(310.172,00)	(382.034,00)
CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	246.201,00	503.409	527.296

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

As informações que julgamos relevantes já foram descritas neste formulário

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/08/2004
Forma de Constituição do Emissor	Por meio da Lei Estadual nº 15.290 como subsidiária integral da Cemig
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/09/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 25 de setembro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

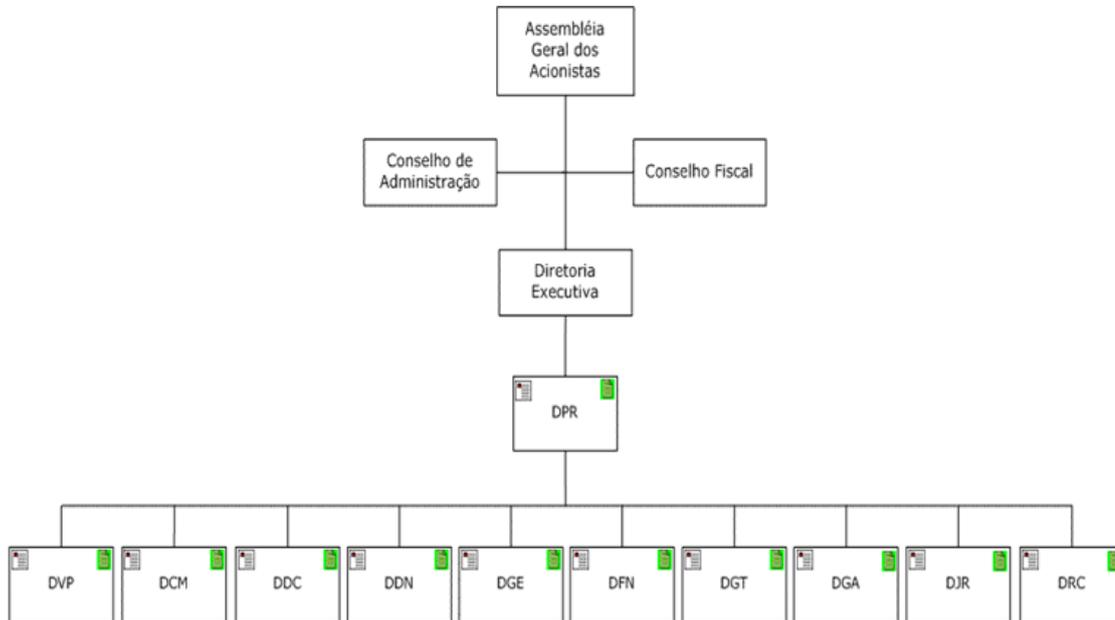
A Companhia tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de proporcionar importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)

DGA – Diretoria de Gás

DJU – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Geração e Transmissão, que atua apenas na CEMIG Geração e Transmissão S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não houve, nos últimos 3 anos, eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos a Companhia tenha passado.

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição é detentora de mais de 460mil km de redes de distribuição (104mil em área urbana e 363mil de redes rurais) e mais de 17mil km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,3 milhões de consumidores.



A Cemig Distribuição possui um elevado índice de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2011, 13,3% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 769 mil consumidores.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Informações referentes a classificações e certificações da Companhia:

Prêmio Nacional da Qualidade

Em 2011, a Cemig D foi reconhecida como destaque nacional no Critério “Processos”. O Prêmio Nacional da Qualidade é um ciclo de avaliação, realizado anualmente pela FNQ, e que reconhece as organizações que praticam a Excelência em Gestão no Brasil. São avaliados 8 critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Concedente: Fundação Nacional da Qualidade

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

a. controladores diretos e indiretos

A Cemig Distribuição S.A. é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, que, por sua vez, é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

b. controladas e coligadas;

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c. participações do emissor em sociedades do grupo:

A Companhia não possui controladas e coligadas.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Não se aplica, não há participações.

e. sociedades sob controle comum

A Companhia é, indiretamente, controlada pelo Estado de Minas Gerais e mantém diversas transações com o acionista controlador e entidades governamentais no curso normal de suas operações.

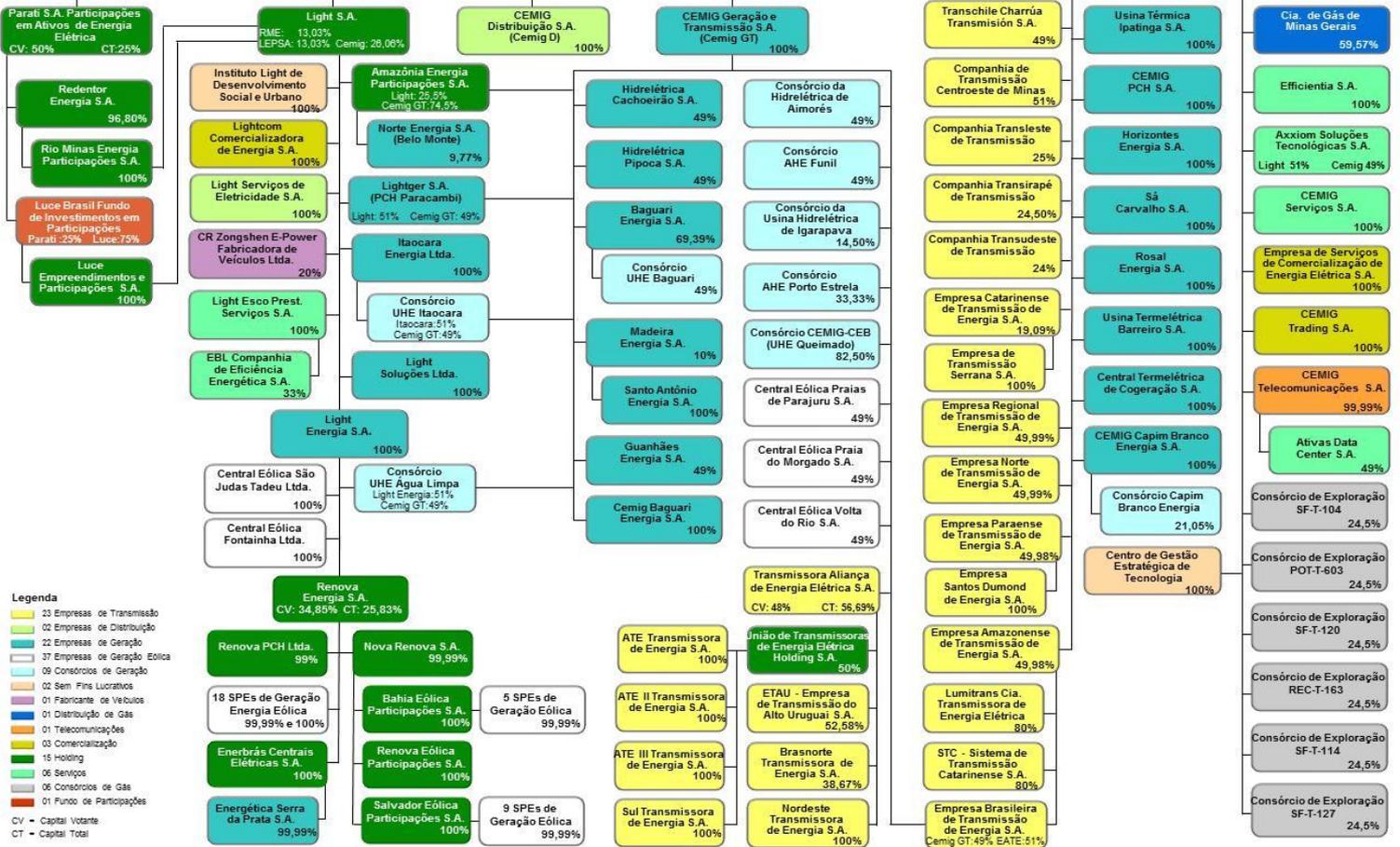
8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

GRUPO CEMIG

113 Sociedades, 15 Consórcios e 1 Fundo de Participações

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em 25 de Maio de 2012



- Legenda**
- 23 Empresas de Transmissão
 - 02 Empresas de Distribuição
 - 22 Empresas de Geração
 - 37 Empresas de Geração Eólica
 - 09 Consórcios de Geração
 - 02 Sem Fins Lucrativos
 - 01 Fabricante de Veículos
 - 01 Distribuição de Gás
 - 01 Telecomunicações
 - 03 Comercialização
 - 15 Holding
 - 06 Serviços
 - 06 Consórcios de Gás
 - 01 Fundo de Participações
 - CV - Capital Votante
 - CT - Capital Total

Fonte: Superintendência de Controle Empresarial das Controladas e Coligadas, Avaliação e Gestão de Desenvolvimento de Negócios - CN

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve operação de reestruturação no grupo econômico.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Os diretores devem comentar:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia sustentam que encerraram o ano de 2011 com a certeza de terem vencido os grandes desafios que se apresentaram durante o ano, relacionados à melhoria da sua lucratividade, o expressivo programa de investimentos e a manutenção da qualidade no atendimento em um final de ano especialmente marcado pelas fortes chuvas.

Primeiramente, os Diretores da Companhia ressaltam a melhoria expressiva do desempenho operacional. Foi atingido um lucro em 2011 de R\$720 milhões na comparação ao lucro de R\$441 milhões no ano anterior, um aumento de 63,27%. Essa mesma melhoria pode ser verificada nos demais indicadores de desempenho. Como destaque, a geração de caixa, medida pelo Lajida, R\$1.613 milhões em 2011 em comparação a R\$1.177 milhões em 2010, um aumento de 37,04%, um resultado importante para a garantia da execução do nosso programa de investimentos e distribuição de dividendos ao nosso acionista.

Os Diretores da Companhia apontam o desafio neste ciclo tarifário, no período de 2008 a 2013, de executar um relevante programa de investimentos, próximo a R\$4 bilhões de Reais, que certamente contribuirá de forma significativa para a melhoria da performance da qualidade de fornecimento de energia elétrica e na redução das perdas técnicas e comerciais.

Os Diretores da Companhia reafirmam que continuam a investir na continuidade do Programa Luz para Todos. Somente em 2011 foram mais de R\$462 milhões investidos e ligados mais 44 mil novos consumidores. Desde o início do Programa já foram ligados mais de 285 mil novos consumidores, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Os Diretores da Companhia consideram que os indicadores de qualidade apresentaram comportamentos distintos em relação a 2010. A duração das interrupções de energia foi superior ao ano anterior, mas deve ser levado em conta que uma parcela desse aumento deve-se às interrupções necessárias para a execução do nosso programa de investimentos. Além do mais, a ocorrência de chuvas no último trimestre de 2011 foi atípica, muito acima da média histórica. Diante dessa situação extraordinária, os Diretores da Companhia consideram que o sistema elétrico da Companhia se comportou de forma adequada, com o fornecimento de energia com padrão de qualidade apesar de todas as dificuldades.

No que se refere à redução dos custos, em função dos novos parâmetros regulatórios previstos para os próximos ciclos tarifários, a busca da eficiência operacional é de vital importância para garantir a sustentabilidade das nossas operações. Dessa forma, a Companhia vem realizando contínuas melhorias e alterações em seus processos que possam garantir a maior eficiência operacional.

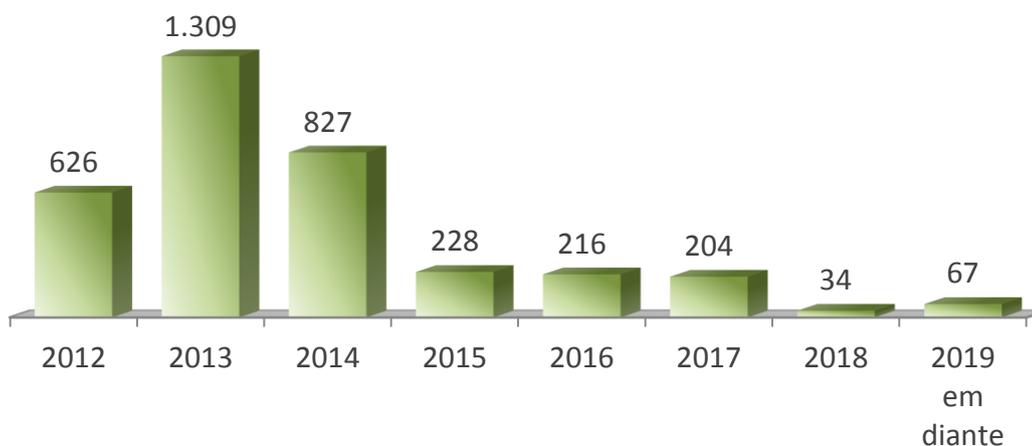
Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011. O caixa montava R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da distribuidora.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2011, por um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 82% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$3,1 bilhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, sendo 16% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 84% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 2,8 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, o que não representa risco de refinanciamento dado o acesso resiliente da empresa ao mercado de capitais local. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$800 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2011 (R\$ milhões)



O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 7,35% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2011, os principais indexadores das dívidas da Companhia são: CDI (40% do total), IPCA (14% do total) e RGR (12% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
EBITDA / Juros	5,38	4,52	4,48
Dívida Líquida / EBITDA	1,85	2,16	2,20
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	52%	47%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fonte: Companhia

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011, as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram incluídas nos quadros comparativos do item 10 deste Formulário de Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelos Pronunciamentos 15 a 43 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.656 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$2.377 milhões e de R\$2.547 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$2.095 milhões e de R\$2.370 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 53% em 31 de dezembro de 2011, 52% em 31 de dezembro de 2010 e 47% em 31 de dezembro de 2009.

- i) hipóteses de resgate;**
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.269 milhões de disponibilidades. Em 2010, foram gerados R\$1.025 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.110 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.547 milhões e em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$2.370 milhões. Os indicadores de 2011, 2010 e 2009 indicam que cerca de 2 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está perfeitamente escalonada ao longo dos anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, o que não representa risco de refinanciamento. Há que se destacar que a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG
- 1ª emissão Notas Promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto/2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 12/06/2007, no valor de R\$400 milhões destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 12/12/2007, no valor de R\$400 milhões destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro.

O passivo circulante era de R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.792 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

A Cemig D recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em Notas Promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$410 milhões em empréstimos e mais R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Cemig Distribuição S.A., sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$279 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Pólo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Cemig D, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A CEMIG, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3,51 bilhões, sendo R\$2,98 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3,05 bilhões, sendo R\$2,55 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2,62 bilhões, sendo R\$2,37 bilhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido	3,04	3,04	3,13
Dívida Líquida / EBITDA	1,85	2,16	2,20
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	52%	47%

Fonte: Companhia

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
 - a. *Taxa Contratual.
 - b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - c. *** Taxa equivalente

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2011:

I - Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R\$104,8 milhões. Em decorrência da desverticalização da CEMIG, 49,44% do respectivo saldo devedor foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando foi aditivado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação passaram a ser de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o 2º aditivo a esse contrato, rolando a parcela vencida em 2010 por mais 2 anos, alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor 31 de dezembro de 2011 era de R\$35,1 milhões.

II - Contrato de Abertura de Crédito Fixo 330.800.306

Em 2 de maio de 2005, a CEMIG D e o Banco do Brasil firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$96,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidem juros de 107,6% da variação do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG, que também avalizou a nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desse contrato, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$104 milhões.

III - Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a CEMIG D emitiu, a favor do Banco do Brasil S.A., duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 31 de dezembro de 2011 era de R\$183,7 milhões.

IV - Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em maio de 2010, a Cemig D realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,43% a.a, com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas 2 Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da Holding, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2011 era de R\$706,8 milhões.

V - Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Cédula de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Cemig D realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foram emitidas 2 Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da Holding, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2011 era de R\$436,6 milhões.

VI - BRADESCO

Em junho de 2004, a CEMIG D e o Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco, celebraram um Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor de R\$123,1 milhões, garantido por Nota Promissória, com vencimento em junho/2005. Sobre o valor principal incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a.. Com o evento da desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações desse contrato foram cedidos para a CEMIG D, tendo como garantia o aval da CEMIG e a emissão de Nota Promissória. Esse Instrumento foi aditado, prorrogando o vencimento do principal da seguinte forma: 25% em junho de 2010, 25% em junho de 2011, 25% em junho de 2012 e 25% de junho de 2013. O saldo devedor desse empréstimo em 31 dezembro de 2011 era de R\$66,1 milhões.

VII - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela CEMIG D. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

- Contrato ECFS-001/2004

Em abril de 2004, no valor total de R\$192,6 milhões, sendo R\$ 88,5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$104,1 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados dois aditivo a esse contrato; um em janeiro de 2006, alterando a meta física e outro em janeiro de 2007, alterando o valor do financiamento para R\$92,0 milhões 5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$108,2 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado), perfazendo um total de R\$200,2 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 5 parcelas, perfazendo um total de R\$185,5 milhões, sendo R\$85,2 milhões, com recursos da RGR e R\$ 100,3 milhões, com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (agosto/2006), com vencimento final em agosto de 2016. O saldo devedor em dezembro de 2011 era de R\$41,5 milhões.

- Contrato ECFS-005/2005

Em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6, sendo 214,4 com recursos provenientes da RGR e 252,2, provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9, com recursos da RGR e R\$227,0 com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$126,0 milhões.

- Contrato ECFS-277/2008

Em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 2 parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$157,1 milhões.

VIII - Unibanco

Em agosto de 2005, a CEMIG D e o Unibanco celebraram o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimo nº 733, disponibilizando um valor de R\$925 milhões para a rolagem da dívida da companhia. Desse valor, foram utilizados R\$85,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em julho de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% a.a. + 100% CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$44,4 milhões.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINANCIADORES	2010						2009	01/01/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Reclassificado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	20.942	41.655	62.597	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.772
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	10.299
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.320
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035	66.775	93.868
B.N.P. - Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-	4.292	17.410
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	11.297
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449	169.849	279.504
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876	56.913	57.254
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067	91.403	-
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947	20.993	21.434
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494	102.079	104.835
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671	304.752	307.426
Banco Itaú - BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694	138.529	141.197
Banco Itaú - BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615	99.272	99.771
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	29.270	29.283
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491	253.126	258.554
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333	318.699	324.641
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638	445.946	427.784
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365	353.341	369.632
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891	5.393	5.301
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672	50.184	50.291
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917	134.874	136.647
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851	104.950
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-	65	196
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546	2.446.570	2.443.164
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995	2.616.419	2.722.668

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) a (4) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% a.a.; (3) CDI + 2,12% a.a.; e (4) CDI + 3,01% a.a.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009:

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado 31/12/2009		
				Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6,00	USD	21.910	65.295	87.205
ABN AMRO Bank (3)	2009	6,35	USD	-	-	-
Banco do Brasil S.A - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.286	57.489	66.775
BNP- Paribas	2010	Libor + 1,875	USD	4.292	-	4.292
KFW	2016	4,5	EUR	1.654	9.923	11.577
UNIBANCO (4)	2009	5,5	USD	-	-	-
UNIBANCO (4)	2009	5,00	USD	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				37.142	132.707	169.849
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	19.461	37.452	56.913

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>Banco do Brasil S.A</i>	2012	110,00 do CDI	R\$	30.966	60.437	91.403
<i>Banco do Brasil S.A</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	5.992	15.001	20.993
<i>Banco do Brasil S.A</i>	2013	107,60 do CDI	R\$	6.079	96.000	102.079
<i>Banco do Brasil S.A</i>	2014	104,1 do CDI	R\$	4.752	300.000	304.752
<i>Banco Itaú – BBA</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	39.204	99.325	138.529
<i>Banco Itaú – BBA</i>	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880
<i>Banco Votorantim S.A.</i>	2010	113,50 do CDI	R\$	29.270	-	29.270
<i>Banco Votorantim S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	25.611	73.661	99.272
<i>Bradesco S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	72.474	180.652	253.126
<i>Debêntures (5)</i>	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699
<i>Debêntures (5)</i>	2017	IPCA+7,96	R\$	1.488	444.458	445.946
<i>ELETROBRÁS</i>	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341
<i>Grandes Consumidores</i>	2011	Diversas	R\$	2.870	2.523	5.393
<i>Santander do Brasil S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	12.715	37.469	50.184
<i>UNIBANCO S.A.</i>	2013	CDI + 1,70	R\$	37.207	97.667	134.874
<i>Banco do Nordeste do Brasil</i>	2010	TR+7,30	R\$	37.851	-	37.851
<i>FINEP</i>	2010	URTJ + 4,00	R\$	65	-	65
Dívida referente a Moeda						
Nacional				390.092	2.056.478	2.446.570
TOTAL GERAL				427.234	2.189.185	2.616.419

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 52% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa *holding* CEMIG e cerca de 32% da dívida é garantido por recebíveis da empresa.

iv. Restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA e ABN (Santander), há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco ItaúBBA:

Ebitda/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patr.liq.+dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/Ebitda:	menor ou igual a 90%
Investimento/Ebitda:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Há nos contratos financeiros da CEMIG D cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG D requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Cemig D junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em relação a 2010:

- Aumento de 30,62% nos ativos financeiros da concessão em função do Programa de Investimentos da Companhia em 2011
- Aumento de 29,69% nos depósitos vinculados a litígio em função do depósito judicial do PASEP/COFINS incidente sobre o ICMS. A companhia vem questionando judicialmente a questão, sendo os valores a pagar registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.
- Aumento de 15,24% na dívida com empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$464 milhões, em função dos empréstimos obtidos em 2011 no valor de R\$626 milhões em comparação a amortização de financiamentos de R\$309 milhões.

Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2010 em relação a 2009:

- Aumento de 17,57% nos ativos financeiros da concessão em função do Programa de Investimentos da Companhia em 2010;
- Aumento de 53,27% nos depósitos vinculados a litígio em função do depósito judicial do PASEP/COFINS incidente sobre o ICMS. A companhia vem questionando judicialmente a questão, sendo os valores a pagar registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.
- Redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$411 milhões em 2010 comparados a R\$1.752 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor:

Resultado do exercício de 2011 em comparação ao exercício de 2010

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2011, um lucro líquido de R\$720 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$441 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 63,27%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011	2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.910	9.218
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821	1.640
Receita de Construção	1.175	786
Outras Receitas Operacionais	161	217
Impostos Incidentes sobre as Receitas Acima	(4.557)	(4.148)
	8.510	7.713

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

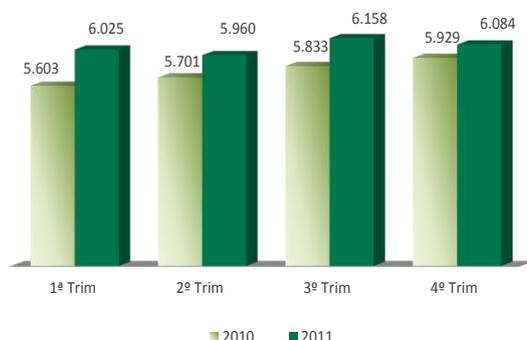
Os principais impactos na receita de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral em 2011);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

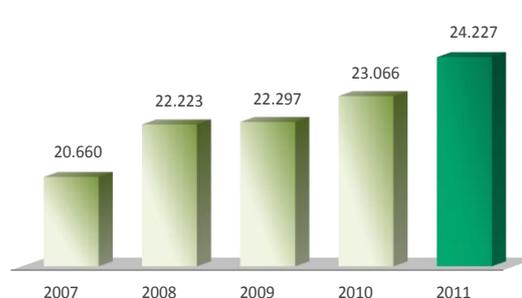
As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Variação trimestral



Variação anual



O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

■ Residencial

O consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,1% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,8% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,5% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

■ Rural

O consumo rural cresceu 7,2% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

■ Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

Receita de Uso da Rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 11,04% (R\$1.821 milhões em 2011 comparados a R\$1.640 milhões em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557 milhões em 2011 comparados a R\$4.148 milhões em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$435 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 30,80%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$341 milhões no exercício de 2010, o que representa um aumento de 14,96%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.281 milhões em 2011 comparados a R\$6.914 milhões em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis de 2011.

Principais variações:

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$767 milhões em 2011 comparados a R\$759 milhões em 2010, representando uma redução de 1,05%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em nov/10 e nov/11, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$1.175 milhões em 2011 comparados a R\$786 milhões em 2010, representando um aumento de 49,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$672 milhões em 2011 comparados a R\$616 milhões em 2010, representando um aumento de 9,09%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936 milhões em 2011 comparados a R\$2.925 milhões em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis de 2011.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$681 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010, representando um aumento de 6,07%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis de 2011.

Materiais

A despesa com Materiais foi de R\$64 milhões em 2011 comparados a R\$99 milhões em 2010, representando uma redução de 35,35% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161 milhões em 2011 comparados a R\$209 milhões em 2010, uma redução de 22,97%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- Celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- Reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- Em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Demonstrações Contábeis de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148 milhões em 2011 comparados a R\$236 milhões em 2010, representando uma redução de 37,29%.

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$205 milhões em 2011 comparadas a R\$186 milhões em 2010, o que representou um aumento de 10,22%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2011 apresentou um aumento de 37,04% na comparação com 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 19,04%.

LAJIDA - R\$milhões	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	720	441	63,27
+ Despesa de IR e Contribuição Social	293	134	118,66
+ Resultado Financeiro	216	224	(3,57)
+ Amortização	384	378	1,59
= LAJIDA	1.613	1.177	37,04
Itens não recorrentes:			
+ Acordo com consumidor industrial	-	178	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.613	1.355	19,04

O aumento do LAJIDA em 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na receita na comparação ao aumento de 5,52% nos custos e despesas operacionais, excluindo despesa com amortização. Consequentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 15,26% em 2010 para 18,95% em 2011.

O efeito não recorrente que impactou o LAJIDA de 2010 refere-se a reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) durante o Plano Cruzado.

Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73 milhões em 2011, comparados a R\$53 milhões em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011.
- Redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$48 milhões em 2011, comparados a R\$60 milhões em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010.
- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$300 milhões em 2011, comparados a R\$260 milhões em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Contábeis de 2011.

Resultado do exercício de 2010 em comparação ao exercício de 2009

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$441 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$776 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 43,17%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	9.218	9.223
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.640	1.196
Receita de Construção	786	608
Outras receitas operacionais	217	85
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(4.148)	(3.810)
	7.713	7.302

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

Os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

□ **Residencial:**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O consumo residencial manteve-se em crescimento, com uma variação positiva de 4,63% em relação ao ano anterior. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao aumento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia.

□ Industrial:

A energia consumida pelos clientes cativos e livres representa a maior parte da energia distribuída.

Contribuiu para as vendas desse mercado a expansão da atividade industrial, associada a:

- (I) crescimento das exportações em termos de volume e de valor monetário, este em virtude da elevação dos preços internacionais de matérias primas industriais (minério de ferro, níquel e ouro), de produtos agrícolas (café, açúcar e carne) e matérias primas semimanufaturadas;
- (II) crescimento dos setores contemplados pela política governamental baseada em incentivos de isenção tributária, e
- (III) expansão da produção de itens voltados para atendimento à demanda interna em atividades produtivas e consumo final;

A atividade Extrativa Mineral, que utiliza 15,2% da energia da classe industrial, apresentou crescimento de 28,8%. Todos os ramos da Indústria de Transformação, com exceção de Celulose e Papel e de Fumo, apresentaram expansão de consumo, com destaque para Ferroligas (44,5%), Químico (28,4%), Mecânico (23,3%), Material de Transporte (18,6%), Não Ferrosos (18,2%) e Siderurgia (16,5%).

Apesar desses crescimentos nos segmentos industriais, ocorreu uma redução de 1,43% no volume total de energia vendida na classe industrial em função de consumidores anteriormente cativos que se tornaram livres, somente mantendo o relacionamento comercial com a Cemig D no que se refere ao transporte da energia.

□ Comercial:

No Estado de Minas Gerais, os ramos da classe comercial e de serviços mais representativos apresentaram as seguintes taxas de crescimento de consumo no ano de 2010: Comércio Varejista (6,4%), Serviços de Alojamento e Alimentação (1,9%), Comércio Atacadista (9,7%), Serviços de Comunicação (0,2%), Serviços de Saúde (4,4%) e Serviços de Administração de Bens, Loteamento e Incorporação de Bens Imóveis (13,2%).

□ Rural:

Esta classe apresentou crescimento de 11,1% no consumo faturado no ano de 2010 em relação a 2009, relacionado com a ligação de 42.636 novas unidades consumidores e com o aumento da demanda de irrigação em função de baixos índices pluviométricos e de temperaturas acima da média em Minas Gerais durante o ano.

□ Demais Classes:

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com 12,8% da energia distribuída, consumiram 2.944 GWh e, em conjunto, cresceram 3,41% no ano de 2010, frente a 2009.

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 37,12% (R\$1.640 milhões em 2010 comparados a R\$1.196 milhões em 2009). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos incidentes sobre os valores faturados

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.148 milhões em 2010 comparados a R\$3.810 milhões em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$296 milhões no exercício de 2009, representando um aumento de 46,96%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$341 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$344 milhões no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,87%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.914 milhões em 2010 comparados a R\$6.022 milhões em 2009, representando um aumento de 14,8%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento das Despesas Operacionais a provisão de R\$178 milhões, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras de 2010.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925 milhões em 2010 comparados a R\$2.483 milhões em 2009, representando um aumento de 17,80%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras 2010.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da rede de Transmissão foi de R\$616 milhões em 2010 comparados a R\$553 milhões em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As Provisões Operacionais foram de R\$209 milhões em 2010 comparados a R\$66 milhões em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras de 2010.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$759 milhões em 2010 comparados a R\$880 milhões em 2009, representando uma redução de 13,75%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R\$378 milhões em 2010 comparados a R\$357 milhões em 2009, representando um aumento de 5,89%. Esse resultado decorrem do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$523 milhões em 2009, representando um aumento de 22,75%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2010 apresentou uma redução de 28,10% na comparação com 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 23,51%.

LAJIDA - R\$ milhões	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	441	776	(43,17)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	134	417	(67,87)
+ Resultado Financeiro	224	87	(157,47)
+ Amortização	378	357	5,88
= LAJIDA	1.177	1.637	(28,10)
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	178	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	15	154	(90,26)
= LAJIDA AJUSTADO	1.370	1.791	(23,51)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A redução do LAJIDA em 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se ao aumento de 13,69% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 3,48% na Receita Operacional Líquida. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 24,45% em 2009 para 16,99% em 2010.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.
- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R\$15 milhões e R\$158 milhões, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia. O valor registrado em 2010 refere-se a complemento da provisão registrada em 2009.

Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$87 milhões em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60 milhões em 2010, comparados a R\$15 milhões em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010;
- Aumento de 49,7% em outras despesas financeiras, que foi de R\$56.017 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo Órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134 milhões em relação ao lucro de R\$575 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,30%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$417 milhões em relação ao lucro de R\$1.193 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,95%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 2010.

a) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em conformidade ao marco regulatório do setor elétrico, a parcela dos custos gerenciáveis da Companhia (parcela B) é reajustada anualmente com base na variação do IGP-M, sendo que os custos não gerenciáveis

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(parcela A) são repassados para a tarifa em conformidade as estimativas de gastos da Cemig D, estabelecidas pela ANEEL.

b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010.

Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

No que se refere ao resultado financeiro, o principal impacto decorre da variação do CDI, tendo em vista que 40,00% da dívida é vinculada a variação desse indicador.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram nos três últimos exercícios.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram nos três últimos exercícios.

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreram alterações nas práticas contábeis em 2011.

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de distribuição:

Na atividade de distribuição a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um Ativo Financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no Imobilizado e o Ativo Financeiro da Concessão constituído foi transferida para o Ativo Intangível. Ou seja, os valores registrados no Intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Na Cemig Distribuição, apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016.

Os valores registrados no Ativo Intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como Ativo Financeiro, em conta redutora;

a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como Ativo Intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre Financeiro e Intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do Imobilizado, a alteração mencionada não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

b) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

A Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

c) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

d) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

e) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework)

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo International Accounting Standards Board – IASB desde 2005.

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

g) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva ou ênfase constou no parecer dos auditores independentes nos últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2011, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Cemig D possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir, em milhares de Reais:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	101.064	3.511.222
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	742.317	750.683	605.620	629.081	603.223	623.061	27.310.502	31.264.487
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	74.595	78.663	63.228	66.386	66.212	68.961	1.889.922	2.307.967
Compra de Energia - Leilão	2.259.814	2.119.471	1.889.298	2.313.910	2.439.899	2.813.570	76.478.447	90.314.409
Outros contratos de Compra de Energia	285.105	288.406	301.550	302.527	263.000	268.328	1.934.818	3.643.734
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	53.687	35.168	37.278	39.515	41.886	44.399	361.170	613.103
Total	4.041.518	4.581.706	3.723.843	3.579.196	3.630.031	4.022.705	108.075.923	131.654.922

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Despesas futuras com compra de energia

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos do horizonte máximo de 5 (cinco) abrangido pelo Guidance.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas ambos conhecidos e desconhecidos. Não há garantia que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da nossa diretoria, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, das condições de mercado do setor elétrico e dos resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Cemig.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Cemig, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Cemig, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos nossos resultados de operações futuras, planos e objetivos bem como outros fatores.

Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Cemig podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Cemig ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Cemig, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Cemig, favor consultar item 4.1 - Fatores de Riscos neste Formulário de Referência e no Form 20F arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Principais Premissas

- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pelas consultorias especializadas “MCM Consultores” e “LCA Consultores” (a partir do Guidance 2012), focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência reguladora e os impactos na receita da Cemig Distribuição.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória.
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

Além disso, ressalta-se que os valores verificados relativos a 2009 e 2010 foram apurados de acordo com o padrão contábil vigente à época, para que fosse mantida a comparabilidade dos dados, tendo em vista que as projeções dos referidos Guidance foram elaboradas antes da adoção plena dos IFRS no exercício de 2010. Dessa forma, os valores considerados como verificados neste item do Formulário de Referência necessariamente devem ser diferentes dos valores divulgados nas demonstrações de resultados oficiais do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010. Ressalta-se ainda que, a partir de 2010, as faixas de LAJIDA do Guidance da Companhia são apresentadas no formato consolidado.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO**

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2009							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2009		2010		2009		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.716	1.403	1.547	945	-36,1%	-44,9%

GUIDANCE 2010							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2010		2011		2010		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	894	1.093	1.382	1.689	999	11,7%	-8,6%

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2011		2012		2011		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.451	1.773	1.466	1.792	1.613	11,2%	-9,0%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2012		2013		2012		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.810	1.640	2.000			

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/mrrs/cfsr

30/05/2012

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada na própria tabela detalhada apresentada em item anterior (11.1.d). O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2009

Principais fatores que impactaram os resultados de 2009:

- Dificuldades regulatórias

- Redução da receita de distribuição

- Mercado menor do que o esperado, em função da crise;
- Tarifas reduzidas em função da re-revisão da distribuição.

- Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

- Ano atípico na distribuição

- Excesso de chuvas;
- Gastos em eficiência operacional com retorno mais lento.

- Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Guidance 2010

Para o ano de 2010, primeiro ano das projeções do Guidance 2010, o LAJIDA verificado na Cemig D ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 11,7% acima do limite inferior e 8,6% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,3% superior ao limite inferior e 7,6% inferior ao limite superior), diferente do ocorrido no Guidance 2009, não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig D a serem discriminados em relação aos resultados de 2010.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do Guidance 2011, o LAJIDA verificado na Cemig D ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 11,2% acima do limite inferior e 9,0% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,8% superior ao limite inferior e 4,7% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig D a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2012-2016 foi divulgado, em 28 de maio de 2012, no XVII Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/mrrs

30/05/2012

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);

xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “*commercial papers*” e outros;

xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;

xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;

xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas;

xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e

xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Os limites financeiros acima estabelecidos serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, assim como suas revisões;
- iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), com a consequente readequação das metas aprovadas;
- v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);
- vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observarem as disposições

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;

viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.942.688,00 e inferior a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);

ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais);

x) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$ 14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado;

xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e

xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

COMITÊS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões. Data da criação: 30/08/2006.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30/08/2006 (alterado em 03/08/2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30/08/2006.

Comitê de Estratégia – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30/08/2006.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants*/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30/08/2006 (alterado em 03/08/2010).

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, *pay back*, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais,

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 03/08/2010.

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornado-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e
- ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente neste Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação deste parágrafo, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente. A data de criação de cada um dos comitês está indicada no item “a” acima.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme determinado em seu Regimento Interno, está prevista avaliação anual do Conselho de Administração por seus membros através de formulário de auto avaliação e avaliação do órgão por cada membro. Essa avaliação não possui, atualmente, nenhuma relação com a remuneração variável dos conselheiros.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não são submetidos, atualmente, a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- vi) admitir e demitir pessoal da Companhia; conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- vii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- viii) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;

vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;

viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

ix) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

xi) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

xiii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

xv) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e

xvi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover pessoal adequado à Companhia;
- ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.942.688,00 (dois milhões novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais);

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

O Diretor de Distribuição e Comercialização tem como atribuições e poderes individuais:

i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

ii) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

iii) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;

iv) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

v) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

vi) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

vii) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;

viii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

x) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;

xi) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xii) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;

xiii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Geração e Transmissão tem como atribuições e poderes individuais:

i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

ii) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

iii) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

iv) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

v) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

vi) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;

vii) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico –ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;

viii) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;

ix) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;

x) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;

xi) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;

xii) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

xiii) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xiv) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos; e

xv) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;

iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

iv) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;

v) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

vi) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

vii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

viii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

ix) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;

x) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

xi) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnicooperacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;

v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);

xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia; representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas; e

xviii) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;
- vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;
- x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;
- xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;
- xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos Comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva não são submetidos a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013.	0
070.853.896-72	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor de Gás			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Comercial			
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até 30/04/2013	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até 30/04/2013	0
374.076.436-87	Contadora	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretora Jurídica			
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até 30/04/2013	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até 30/04/2013	0
007.940.236-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Vice-Presidente			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a AGO arealizar-se em 2013	0
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.		Diretoria de Distribuição e Comercialização			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Gestão Empresarial			
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não há.					
Antônio Adriano Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não há					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Empregado					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Francelino Pereira dos Santos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não há					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Empregado					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Guy Maria Villela Paschoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não há.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013.	0
009.880.816-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não ocupa outro cargo.					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO em 2013	0
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO em 2013	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não há					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO em 2013	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO em 2013	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO em 2013	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/08/2012	Sim	0%
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013	0
065.276.716-87	Contador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013.	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Christiano Miguel Moysés		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
857.916.016-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Luiz Augusto de Barros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até AGO de 2013.	0
076.215.406-30	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/08/2012	Sim	0%
Não ocupa outro cargo.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/08/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	29/08/2012	Sim	0%
Diretor-Presidente (eleito em 05/05/2010 com mandato até 30/04/2013)					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não há					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não há					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Newton de Moura		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
010.559.846-15	Bancário e Economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não há					
Vicente de Paulo Barros Pegoraro		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
004.826.419-91	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Marina Rosenthal Rocha		Conselho Fiscal	27/04/2012	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
José Carlos de Mattos - 070.853.896-72					

O Sr. Mattos nasceu em 1946. É formado em administração de empresas e professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período (1992-1994), ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo nesse mesmo período. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e entre 2003 a 2005 atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da GASMIG – Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Cemig entre 2009 e 2010. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Gás da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em “Gestão Estratégica de Negócios” pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em “Management of Electric Power Utilities” em Estocolmo – Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e “project finance”.

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Atualmente é Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Desde 2006, integra como representante da Cemig e fundador da plataforma de empresas do Reputation Institute no Brasil. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984.

Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto. de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e é Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG.

Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A.

Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

O Sr. Charbel é formado em Engenharia Elétrica – na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), 1981;
- Pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais, 1983;
- Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie – São Paulo, 1994;
- MBA Empresarial Gestão de Negócios – IBMEC – 06/2001;
- Programa Trilhas da Liderança Internacional – Fundação Dom Cabral – 22/02 a 28/04/2011.

Atua na Cemig desde agosto de 1983, tendo ocupado os seguintes cargos:

- Analistas de Sistemas, no período de 08/1983 a 06/1985;
- Engenheiro, no período de 06/1985 a 12/1990;
- Gerente de Divisão em São João Del Rei, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, no período de 12/1990 a 10/2003;
- Gerente de Relacionamento Comercial em Juiz de Fora, no período de 10/2003 a 05/2007;
- Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2007 a 05/2009. Desenvolvimento do Programa responsável por levar energia elétrica à área rural de 774 municípios mineiros, beneficiando 285 mil novos consumidores;
- Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2009 a 05/2010;
- E, desde 06/2010 é o Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição. Destaque para o Planejamento do Programa de Investimento do Ciclo 2013 – 2017 da Cemig D, consolidado o Programa de Obras de Expansão de Linhas, Subestações e Redes de Distribuição, integrado com os Projetos de Expansão dos Sistemas de Geração e Transmissão, considerando as necessidades sistêmicas das áreas de Operação e Manutenção.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Assistente, em nível de Superintendente, na Diretoria de Geração e Transmissão da Cemig e Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antônio Adriano Silva - 056.346.956-00

Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual na Cemig distribuição S.A.. Atualmente é Diretor do Sindieletro, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê do PCR – Plano de Cargos e Remuneração da CEMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Nos últimos 5 anos, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Técnico de Operação Sistema Elétrico e membro suplente do Conselho de Administração. Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração do Itaipu Bi – nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand esteve na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo “Minas Gerais no século XXI” de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembleia da “Economia e Energia – E&E”, Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005). Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);

Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);
Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
Presidente do Clube (desde abril/2005).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Fuad Jorge Noman Filho é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) e pós-graduado em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília (UnB). Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central. Também foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Fuad Noman também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde. Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada (Anapp) e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste. Em 2002, Fuad Noman foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças (Ibef). Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas - até 06/2010, Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig

desde 03-01-2011, Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 03-01- 2011.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez S.A. (AGSA).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais

Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais Gerente Geral da Vale S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia

Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Diretor de Gestão Empresarial da CEMIG, Cemig D e Cemig GT desde janeiro de 2007;
Diretor da CEMIG Capim Branco Energia S.A.;
Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
Diretor-Presidente de Sá Carvalho S.A.;
Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
Conselheiro da CEMIG, desde 2003, até o presente momento;
Conselheiro da Cemig D e Cemig GT
Conselheiro da TAESA de 2009-2010;
Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

A Sra. Werneck nasceu em 1948. É formada em Economia, tendo concluído com curso de Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), o M.A. e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1996) e Ministra do Trabalho (1989-1990). Foi Gerente Especial da APEX (1999-2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992), Secretária Nacional de Economia (1991-1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989), Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003). Nos anos 1993-94 e 1998-99 foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005). Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980). Atualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

O Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima nasceu em 05/04/1946, é brasileiro, casado, formado em ciências contábeis pela Universidade Professor Antônio Carlos, Barbacena, com Especialização em Administração Financeira e Economia pela UNA, Belo Horizonte, e Especialização em Auditoria, Administração, Economia e Finanças pela USP, São Paulo. No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda, fazendo também parte dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, e da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais. No Governo Federal foi Assessor Especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Servidor de carreira do Banco Central do Brasil exerceu, dentre outros cargos, o de Auditor-Chefe de Divisão, Chefe Adjunto do Departamento de Administração Financeira, Delegado Adjunto e Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais. Foi ainda presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência. Na iniciativa privada foi consultor nas áreas financeira, administrativa e contábil de diversas empresas de Brasília e de Minas Gerais, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor-Mittal, onde foi membro do Conselho Administrativo durante 07 anos, e também em empresas de Goiás e Distrito Federal.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Ocupou os seguintes cargos no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.:
Diretor Executivo; Diretor Executivo Coordenador; Vice-Presidente; e, Presidente (de 1974 a 2004).
Membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. (de 2004 a 2008).
Membro do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2007 a 2008).
Presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. (de 2008 a 2010).
Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2008 a 2011).
Membro do Conselho de Administração da ABodyTech (de 2008 a 2011).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

• Corporación Quiport S/A (2006-2008)

Diretor de Project Finance

• Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%

AECON Concessions (Canadá) – 45.49%

Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%

Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

• Andrade Gutierrez Concessões S/A (2008 -)

Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos –

Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

• Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%

International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Engenheiro Assistente, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008.

Atualmente, atua em Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos com controle acionário da

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

O Sr. Christiano é graduado em Ciências Contábeis pela PUC/MG e com MBA em Finanças pelo IBMEC. Hoje é mentor na Endeavor, sócio-investidor da CAPPE Brasil Engenharia e sócio-diretor da Imeri Capital, uma boutique de investimentos focada em PMEs de setores tradicionais.

/O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Diretor de Obras da Cia de Desenvolvimento de Estado de Minas Gerais-CODEMIG – desde março de 2011;
 Diretor Superintendente da Camter Construções e Empreendimentos – de setembro/2004 até abril/2010;
 Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC – Gestões 2005 a 2008 e 2008 a 2011;
 Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG
 • Vice-Presidente – 2006 a 2010;
 • Diretor – 2010 a 2014;
 • Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos-COAL – 2006 a 2010 e Conselheiro – 2010 a 2014;

Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR

• Diretor – 2009 a 2012;
 • Conselheiro – 2006 a 2009;

Conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – SICEPOT-MG – desde 2009.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministro de Estado das Comunicações

Interino – de 23-12-1993 a jan/1994

Efetivo – de jan/94 a jan/95

Petrobrás Distribuidora S.A.

Vice- Presidente – de 1995 a 98

GASMIG

Presidente do Conselho de Administração – desde 29-01-99

Diretor Presidente – de 29-01-99 a 15-12-2004

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais

Diretor-Presidente – desde 14-01-99

Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99

Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Diretor-Presidente – desde 08-09-2004

Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004

Light S.A.

Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006

Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA

Membro do Conselho de Administração – de 04-11-2009 a 28-12-2009

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecom.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL. . Membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Ligth S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CONSAG).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. (2006).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Consessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antônio Adriano Silva - 056.346.956-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Newton de Moura - 010.559.846-15

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até AGO de 2013.
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Christiano Miguel Moysés	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até AGO de 2013.
857.916.016-20	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Contador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Diretor Presidente						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
320.008.396-49	Comitê de Estratégia	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Diretor. Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
754.988.556-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
000.976.836-04	Comitê de Estratégia	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Joaquim Francisco de Castro Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até AGO de 2013.
026.491.797-91	Comitê de Estratégia	Administrador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até AGO de 2013.
505.516.396-87	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Físico		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Administrador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração / Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
065.276.716-87	Comitê de Apoio Conselho de Administração	Contador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
292.581.976-15	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
400.540.200-34	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
428.576.006-15	Comitê de Apoio ao Conselho Administração	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos / Comitê de Recursos Humanos.						
Ricardo Coutinho de Sena	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
090.927.496-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/04/2012	Até a AGO de 2013.
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		27/04/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi/é suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Nos últimos três exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Processos administrativos e judiciais trabalhistas	
Avaliação de Perda	Valor Envolvido
Provável	R\$ 21 milhões
Possível	R\$ 139 milhões
Remota	R\$ 22 milhões
Total	R\$ 182 milhões

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2005		
2.261.997.759	100,000	0	0,000	2.261.997.759	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.261.997.759	100,000	0	0,000	2.261.997.759	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Ações em tesouraria						
		Não	Não			
0	0,000	363.650	0,076	363.650	0,043	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AGC Energia S.A.						
11.221.326/0001-65	Brasileira	Não	Não	16/06/2010		
122.901.990	32,964	0	0,000	122.901.990	14,408	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BlackRock Inc.						
	Norte Americana	Não	Não	01/12/2009		
0	0,000	45.130.429	9,399	45.130.429	5,291	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2010		
189.991.615	50,958	0	0,000	189.991.615	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
59.943.480	16,078	434.687.064	90,526	494.630.544	57,986	
TOTAL						
372.837.085	100,000	480.181.143	100,000	853.018.228	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A.				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
122.901.990	100,000	0	0,000	122.901.990	100,000	
TOTAL						
122.901.990	100,000	0	0,000	122.901.990	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock Inc.					
OUTROS					
0	0,000	45.130.429	100,000	45.130.429	100,000
TOTAL					
0	0,000	45.130.429	100,000	45.130.429	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
189.991.615	100,000	0	0,000	189.991.615	100,000
TOTAL					
189.991.615	100,000	0	0,000	189.991.615	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2012
Quantidade acionistas pessoa física	28
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Andrade Gutierrez S.A.	31/12/2011	177.000,00	177.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Programa Luz para Todos - Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Andrade Gutierrez S.A.	31/12/2011	275.000,00	275.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista					
Objeto contrato	Passivo Não Circulante - Programa Luz para Todos - Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Capim Branco	31/12/2011	72.582.000,00	72.582.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Capim Branco	31/12/2011	7.320.000,00	7.320.000,00		nn	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Operações com energia elétrica. A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Capim Branco	31/12/2011	4.349.000,00	4.349.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2011	3.554.000,00	3.554.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					
Objeto contrato	Ativo Circulante - Operações com Energia Elétrica. A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2011	18.066.000,00	18.066.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo não Circulante - Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2011	28.915.000,00	28.915.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Passivo Circulante - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores					
Garantia e seguros	Recebíveis					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2011	50.429.000,00	50.429.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2011	253.001.000,00	253.001.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	247.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	11.872.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	28.145.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Energia Elétrica Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	34.883.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Energia Elétrica Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	252.369.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Energia Elétrica Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	333.441.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Despesa - Energia Elétrica Comprada para Revenda						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	2.805.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Ativo - Outros						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	6.598.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	10.761.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	35.555.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	31/12/2011	260.000,00	260.000,00		Não há.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo circulante - Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Saúde	31/12/2011	15.310.000,00	15.310.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Plano de saúde					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Plano de Saúde e Odontológico - Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Saúde	31/12/2011	34.068.000,00	34.068.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Plano de saúde					
Objeto contrato	Despesa - Plano de Saúde e Odontológico - Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	3.782.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	9.884.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	4.992.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	21.639.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	50.842.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	202.306.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais	31/12/2011	109.215.000,00	109.215		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais	31/12/2011	4.146.000,00	4.146.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Ativo Não circulante - Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais S/A.	31/12/2011	10.834.000,00	10.834.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	53.579.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	58.651.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	78.524.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	91.817.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação		Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.				
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	45.798.000,00				0,000000
Relação com o emissor		Gestor dos planos de Previdência Privada				
Objeto contrato		Passivo - Outros				
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	25.412.000,00				0,000000
Relação com o emissor		Gestor dos Planos de Previdência Privada				
Objeto contrato		Passivo - Outros				
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	45.845.000,00				0,000000
Relação com o emissor		Gestor dos Planos de Previdência Privada				
Objeto contrato		Despesa - Despesa com pessoal				

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	47.064.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Despesa com pessoal					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	9.603.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	10.361.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	1.316.001.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego - não circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	1.304.228.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego - não circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2011	53.687.000,00	53.687.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Fundo de Pensão					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Passivo Circulante - Obrigações Pós-emprego - Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2011	1.339.105.000,00	1.339.105.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Fundo de Pensão					
Objeto contrato	Passivo Não-Circulante - Obrigações Pós-Emprego - Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2011	87.331.000,00	87.331.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Fundo de Pensão					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-emprego - Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2011	46.446.000,00	46.446.000,00		Não há.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Patrocinada - Fundo de Pensão					
Objeto contrato	Despesa - Despesa com Pessoal - Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2011	10.634.000,00	10.634.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada - Fundo de Pensão					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo - Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	8.619.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	1.700.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	83.800.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	81.026.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	145.528.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Ativo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	149.686.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Ativo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	217.203.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Passivo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	237.276.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Passivo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	2.184.006.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Receita - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	2.078.024.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	39.893.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	60.619.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	46.714.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	44.315.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	6.657.000,00	6.657.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Ativo Circulante - Consumidores e Revendedores - Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	73.487.000,00	73.487.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Ativo Circulante - Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS - As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	25.016.000,00	25.016.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Ativo Circulante - Consumidores e Revendedores - Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	173.859.000,00	173.859.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Ativo Não Circulante - Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS - As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	259.613.000,00	259.613.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Passivo Circulante - Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS - As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	89.267.000,00	89.267.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Receita - Consumidores e Revendedores - Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2011	2.358.568.000,00	2.358.568.000,00		Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS - As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	5.051.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	4.965.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minsa Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Light S.A.	31/12/2011	749.000,00	749.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo circulante - Operações com Energia Elétrica A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2011	6.234.000,00	6.234.000,00		8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Operações com Energia Elétrica. A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	162.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Passivo - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	236.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2010	113.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	109.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	37.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As transações com partes relacionadas devem ser realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações devem estar refletidas nas demonstrações financeiras. Deve-se, também, evitar o mau uso dos ativos da companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/07/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/05/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 4ª Emissão em série única ("NPs")
Data de emissão	28/12/2011
Data de vencimento	22/12/2012
Quantidade	8
Unidade	
Valor total	100.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As NPs somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as NPs poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/1976, conforme alterada.
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, a partir de 30 dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NPs em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das NPs. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada NP, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

Juros Remuneratórios: 106% da Taxa DI.
 Garantia: as NPs contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
 Crédito: sem preferência. Concorre com os demais credores.
 Restrições ao Emissor: não há.
 Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos Titulares das NPs poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das NPs de que seja detentor e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das NPs acrescido da Remuneração e dos encargos devidos, calculados pro rata temporis a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora e/ou da Garantidora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, sem a prévia anuência dos Titulares das NPs que representem 75%, no mínimo, das NPs em circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Emissora e/ou da Garantidora por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal; (f) privatização da Emissora e/ou da Garantidora; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Garantidora que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora; ou (h) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Assembleia de Titulares das NPs: A Emissora, os titulares de NPs que representem 10%, no mínimo, das NPs em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das NPs ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada NP caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de NP da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das NPs que representem mais de 50% das NPs em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NPs que representem, no mínimo, 75% das NPs em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das NPs; (ii) ao prazo de vencimento das NPs; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das NPs ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das NPs que representem, no mínimo, 90% das NPs em Circulação.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A.
 Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram destinados para reforço do capital de giro.

Valor mobiliário**Nota Comercial**

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 5ª Emissão em série única
Data de emissão	02/07/2012
Data de vencimento	27/06/2013
Quantidade Unidade	64
Valor total R\$	640.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP, e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros Remuneratórios: 104,08% da Taxa DI. Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Crédito: sem preferência. Concorre com os demais credores. Restrições ao Emissor: não há. Maiores detalhes no item 18.10.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de Titulares das Notas Promissórias: A Emissora, os titulares de Notas Promissórias que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada Nota Promissória caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de Nota Promissória da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Notas Promissórias em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das Notas Promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em Circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A.

Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados pela Emissora, pagamento de dívida(s) contraídas pela Emissora e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Mercados de Negociação de Valores

As debêntures são registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures , administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

As Notas Promissórias são registradas para negociação no mercado secundário por meio do NOTA, sendo as negociações liquidadas na CETIP.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Em relação às emissões elencadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, apresentamos as seguintes informações adicionais:

Valor mobiliário: Nota comercial **Notas Promissórias Comerciais da 5ª Emissão em série única**

Características dos valores Mobiliários

Juros Remuneratórios: 104,08% da Taxa DI.

Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Crédito: sem preferência. Concorre com os demais credores.

Restrições ao Emissor: não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos Titulares das Notas Promissórias poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que seja detentor e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos devidos, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora e/ou da Garantidora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, sem a prévia anuência dos Titulares das Notas Promissórias que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Emissora e/ou da Garantidora por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal; (f) privatização da Emissora e/ou da Garantidora; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Garantidora que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora; ou (h) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da CEMIG aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas Bolsas de Valores, e ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.